

2^o CICS

CONGRESSO
INTERNACIONAL
CIÊNCIA E SOCIEDADE

Educação e Pesquisa como
caminho para pacificação global

TRABALHOS
PREMIADOS
2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO





TRABALHOS PREMIADOS 2025





CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO – UNIFSA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS - NPA

Supervisão Editorial: Ana Kelma Cunha Gallas
Diagramação: Edson Rodrigues Cavalcante
Design Gráfico e artes: Ana Kelma Cunha Gallas
Capa: Odrânio Rocha
TI OMP Books: Eliezyo Silva



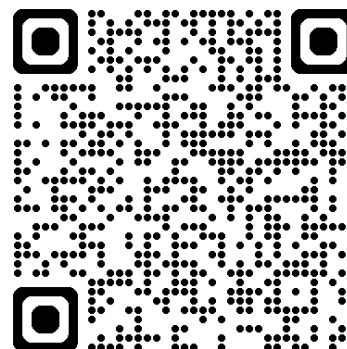
LESTU EDITORA, CONSULTORIA E
COMUNICAÇÃO LTDA
Contato: editora@lestu.org
Site: www.lestu.com.br
Livraria: www.lestu.org

Este título possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives* 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

A íntegra dessa licença pode ser acessada:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>

© 2025 UNIFSA/LESTU

Todos os capítulos deste livro foram submetidos, aprovados e apresentados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade, realizado pelo Centro Universitário Santo Agostinho de 4 a 8 de novembro de 2025, sendo selecionados como os melhores trabalhos apresentados em Grupos Temáticos do evento.



FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T279 GALLAS, Ana Kelma Cunha; GOMES, Alisson Dias; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias; LIRA E SILVA, Antonieta; OLIVEIRA, Edjôfre Coelho de; SILVA, Indira Maria de Melo Lira Pereira da (ORGs.).

Trabalhos premiados no 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade: Educação e Pesquisa como caminho para a pacificação global. Teresina: Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA); Editora Lestu, 2025.

432 p. *online*.

ISBN: 978-65-85729-14-7

DOI: doi.org/10.51205/lestu.978-65-85729-14-7

Disponível em: <https://lestu.org/books/>

1. Congresso Internacional Ciência e Sociedade. 2. Pesquisa. 3. Inovação. 4. Sustentabilidade. 5. Ciência e Sociedade. I. Autores. IV. Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2. : 2025 : Teresina, PI).

CDD: 370

26

INFORMALIDADE, OCUPAÇÃO E RENDA NO MERCADO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE DEMERVAL LOBÃO (PIAUÍ)¹

INFORMALITY, EMPLOYMENT, AND INCOME IN THE PUBLIC MARKET OF THE MUNICIPALITY OF DEMERVAL LOBÃO (PIAUÍ)

Maria Eunice Santos Teixeira – UFPI²
Juliano Vargas – UFPI³

¹ Trabalho apresentado no GT 38 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL do 2º Congresso Internacional Ciência e Sociedade (2º CICS 2025), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 04 a 08 de novembro de 2025, em Teresina-PI.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) e Bacharela em Economia (UFPI). E-mail: economistaeuniceteixeira@gmail.com

³ Doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB). Docente na Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: juliano.vargas@ufpi.edu.br

RESUMO

O mercado de trabalho brasileiro é marcado por inúmeras transformações nas últimas décadas. A elevação do desemprego para novos patamares é reflexo dessas mudanças. O trabalho informal tornou-se alternativa e garantia dos meios de subsistência para muitas pessoas. O objetivo geral neste artigo é analisar as características das relações informais de trabalho dos feirantes do Mercado Público Municipal de Demerval Lobão (Piauí, Brasil). A hipótese subjacente é a de que a alta informalidade no mercado público municipal resulta em empregos precários e de baixa remuneração. Primeiramente consta uma revisão de literatura sobre aspectos conceituais e históricos da informalidade e do trabalho precário no Brasil. Depois, consta uma pesquisa de campo via aplicação de um questionário (de 46 questões) para feirantes e demais trabalhadores informais presentes na área do mercado público. Então, analisaram-se as informações coletadas para a caracterização das atividades econômicas e do perfil desses trabalhadores. Sobre os resultados quantitativos, destaca-se que: i) o emprego informal na feira foi a opção encontrada para adquirir a renda necessária para a sobrevivência; ii) 71,7% têm essa ocupação como principal fonte de renda familiar e 28,3% têm como fonte complementar; iii) a maioria alegou que deixaria o trabalho informal por outro com carteira assinada. Os resultados qualitativos apontaram que: i) os feirantes exercem atividades que resultam em condições socioeconômicas pouco seguras (trabalho precário) e irregulares; ii) a pandemia do Coronavírus impactou significativamente na organização do comércio em áreas próximas ao mercado.

Palavras-Chave: Feirantes. Desemprego. Renda. Trabalho Informal. Ocupação.

ABSTRACT

The Brazilian labor market has undergone numerous transformations in recent decades. The rise in unemployment to new heights reflects these changes. Informal work has become an alternative and a guarantee of livelihood for many people. The overall objective of this article is to analyze the characteristics of informal employment relationships among market vendors at the Demerval Lobão Municipal Public Market (Piauí, Brazil). The underlying hypothesis is that the high level of informality in the municipal public market results in precarious and low-paying jobs. The first step is a literature review on the conceptual and historical aspects of informality and precarious work in Brazil. This is followed by field research using a 46-question questionnaire administered to market vendors and other informal workers in the public market. The collected information was then analyzed to characterize the economic activities and profiles of these workers. Regarding the quantitative results, it is noteworthy that: i) informal employment at the market was the preferred option for obtaining the income necessary for survival; ii) 71.7% have this occupation as their main source of family income, and 28.3% have it as a supplementary source; iii) the majority stated that they would leave informal work for another with a formal contract. The qualitative results indicated that: i) market vendors perform activities that result in unsafe socioeconomic conditions (precarious work) and irregular conditions; ii) the Coronavirus pandemic significantly impacted the organization of commerce in areas near the market.

Keywords: Market vendors. Unemployment. Income. Informal work. Occupation.

INTRODUÇÃO

O trabalho é um diferencial do ser humano em relação aos outros animais. No sistema capitalista, que objetiva o lucro (máximo), tem sua força de trabalho para oferecer no mercado de trabalho. O trabalhador vende sua força de trabalho em troca – quando consegue – de um salário pago pelo empregador. Os salários são utilizados para fazer frente às despesas diante das necessidades básicas de alimentação, educação, saúde, dentre outras. Contudo, no cenário brasileiro grande parcela da população economicamente ativa (PEA) está historicamente inserida em uma situação de baixos salários e de desemprego que empurra os trabalhadores para subsistirem na informalidade/precariedade.

Para Vilanova e Vargas (2023, p. 17), a crise econômica iniciada em 2014 impactou negativamente na redução do emprego formal. A intervenção do poder público para solucionar este problema regulamentou a reforma trabalhista (Lei 13.467/17), sancionada em julho de 2017, com o objetivo de ampliar os postos de trabalho e modernizar as relações. No entanto, a reforma levou a “[...] insegurança, desigualdade e empobrecimento para os trabalhadores, sendo inevitável o endividamento e o aumento da precarização de vida [...] e a diminuição da regulação protetiva do trabalho”.

Diante dessa realidade, emerge a seguinte questão: como as relações informais de trabalho se expressam no emprego e na renda dos feirantes do Mercado Público Municipal de Demerval Lobão (PI)? O objetivo geral desta pesquisa, portanto, é analisar as principais características de tais relações. A hipótese subjacente é a de que a alta informalidade no mercado público desse município resulta em empregos precários e de baixa remuneração. A investigação se justifica pela contribuição em revelar informações sobre aspectos socioeconômicos que, por sua vez, poderão ser usados como suporte para a implementação de políticas públicas e desenvolvimento do município. Além de, cientificamente contribuir com dados primários sobre a temática. Este estudo tem três seções, para além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção constam aspectos conceituais que darão suporte teórico à pesquisa (informalidade, ao trabalho precário e ao emprego precário). Na segunda está a descrição do Mercado Público Municipal e do contexto de informalidade laboral historicamente alto existente. Na terceira, são apresentadas a análise e a discussão crítica dos resultados da pesquisa.

METODOLOGIA

Metodologicamente, via adaptação do estudo de Trindade e Fiel (2019), esta pesquisa é qualiquantitativa, viabilizada a partir da coleta de dados primários referentes as atividades econômicas informais do município. O estudo tem três etapas: pesquisa bibliográfica sobre o tema; levantamento de informações junto à prefeitura municipal sobre as atividades econômicas via entrevista com o gestor público responsável e pesquisa de campo (registro fotográfico, observação das principais características da área de estudo, seguida da aplicação de questionário semiestruturado para trabalhadores do mercado público).

Para obtenção de dados e caracterização dos aspectos econômicos no município, a coleta de dados ocorreu a partir da aplicação de questionário composto, de 45 questões. A amostra compreende 53 (cinquenta e três) respondentes, feirantes que trabalham no mercado público, escolhidos aleatoriamente. Delimitou-se essa área geográfica para o estudo por observar-se nela a maior concentração das atividades econômicas – conforme categorização de Nogueira e Carvalho (2021): camelô, “barraqueiro” /*trailers*, ambulante, sacoleiro, restaurante informal, loja informal/*box*, “biscates” e pequenos reparos, além de outros.

INSUMOS TEÓRICOS: INFORMALIDADE, TRABALHO PRECÁRIO E EMPREGO PRECÁRIO

Nesta seção são apresentados insumos teóricos que permitem a compreensão abrangente do mercado de trabalho quanto à informalidade, ao trabalho precário e ao emprego precário.

A informalidade no mercado de trabalho apresenta complexidade quanto à sua definição. Essencialmente, na atualidade, há três definições desse termo no âmbito internacional: o setor informal, a economia informal e o trabalho decente. O setor informal é definido com base no processo produtivo empresarial desorganizado, em que as relações de trabalho são precárias. A economia informal, por sua vez, é definida por trabalhos individuais e com empregos informais não submetidos à legislação trabalhista em vigor. As atividades aqui exercidas têm em comum o fato de serem reconhecidas pelas instituições do Estado, mas sem possuírem respaldo legal. Apresentam, em geral, rendas baixas e

irregulares (Vargas, 2016).

Vargas (2016) ressalta que o trabalho *lato sensu* deve considerar a conjuntura de cada espaço geográfico, observadas as características específicas do trabalho (in)formal e legislações vigentes. O estudo assume-se como definição para a informalidade laboral no Brasil a utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), que compreende as seguintes categorias: empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada, empregador sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), trabalhador por conta própria sem registro no CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

A reflexão sobre as relações sociais e econômicas no mercado de trabalho aponta para as condições precárias em que os trabalhadores labutam. É necessária, assim, a diferenciação entre trabalho precário e trabalho informal. A precariedade é referente à ausência de segurança. A informalidade contraria o formal, ou seja, não cumpre as legislações que regulamentam o mercado de trabalho e o funcionamento das atividades econômicas. Desse modo, o trabalho precário pode ser formal ou informal (Nogueira; Carvalho, 2021).

Entender o trabalho precário e a informalidade requer o conhecimento sobre as relações de emprego padrão (formal), sendo essas exercidas sob determinadas circunstâncias. O emprego formal é regulamentado pela legislação, e reconhecido como um vínculo estável em tempo integral com padrões sobre a “*jornada de trabalho, remuneração, seguridade social e representatividade sindical*” (Nogueira; Carvalho, 2021, p. 8). A remuneração é definida por um salário que proporciona (ou deveria proporcionar) as condições de bem-estar social das famílias (Nogueira; Carvalho, 2021).

O emprego precário é definido pelas relações de trabalho de assalariamento regular que se desenvolvem sem garantias da legislação trabalhista vigente, dá-se em condições de trabalho inferiores àquelas que o empregador oferece aos empregados formalmente contratados, em geral com remuneração proporcionalmente menor e com jornada de trabalho aumentada. Representa uma alternativa de escape para os empresários quanto às obrigações referentes aos direitos dos trabalhadores organizados (Nogueira; Carvalho, 2021).

Esses autores caracterizam o trabalho por conta própria como um típico trabalho precário no caso do Brasil. O trabalhador autônomo ou microempreendedor exerce sua

atividade profissional por conta própria, sem vínculo empregatício, para o mercado de um modo geral ou para o autoconsumo (Nogueira; Carvalho, 2021). Pode, inclusive, atuar como contratante e oferecer emprego “a familiares ou não, remunerados ou não, registrados ou não — que vivem uma situação de autoemprego, numa empresa ‘não capitalista’ e com baixos rendimentos. Os empreendimentos têm como objetivo a subsistência.

No Brasil, a partir de 2017 com a instituição da Reforma Trabalhista, houve significativa redução dos direitos trabalhistas, fato agravado pelo cenário pandêmico e que resultou no aumento da informalidade e do trabalho precário. Esses correspondem às únicas alternativas que muitas pessoas utilizam para “ganhar a vida”, característica histórica do mercado de trabalho do Brasil e do Piauí.

O espaço geográfico é resultante das organizações sociais. A informalidade interfere na falta de planejamento espacial com crescimento desordenado, construções irregulares e ausência de serviços públicos. O espaço urbano do município de Demerval Lobão – PI organizou – se desde a origem pela expansão do comércio informal.

Quando os primeiros habitantes – os irmãos Nazário, Marçol e Rodrigo - chegaram à localidade onde hoje é a cidade (foragidos de terrível seca ocorrida em 1877), construíram suas casas em local com os arredores cercados de morros. A dois quilômetros dali, na localidade Santa Rita, formava-se outra povoação, que contava com comércio e uma feira livre (IBGE, 2022). Moradores, insatisfeitos com a recusa da doação da área onde estavam situadas suas casas e o galpão de feira, retiraram-se para Morrinhos (atual Demerval Lobão - PI).

Com a chegada dos novos moradores, o comércio local se expandiu e resultou na transferência da feira de Santa Rita para Morrinhos (IBGE, 2022). O crescimento urbano intensificou sob influência destas atividades econômicas localizadas na central. Atualmente há concentração comercial no mercado público e áreas próximas.

A informalidade laboral em Demerval Lobão é historicamente alta. O trabalho informal é caracterizado por muitas pessoas que trabalham diariamente no comércio popular. Especificamente no Mercado Público Municipal, sobressaem-se atividades como a alimentação e a venda de frutas e a de verduras que ocorrem no interior de tal espaço.

Desde o início das atividades, as feiras eram realizadas aos domingos. Porém, após decretos municipais, a fim de controlar a pandemia de Covid-19, a autorização para a população realizar compras de insumos básicos aos sábados. Após o retorno das pessoas à

rotina normal (pós-pandemia), houve a permanência das atividades neste dia, sendo esse o dia de maior fluxo de clientes, sobretudo os oriundos da zona rural. Alguns trabalhadores executam as atividades somente nesse dia, exercendo outras atividades econômicas nos demais dias da semana.

Desse modo, conforme informações da Secretaria Municipal de Agricultura do município, no interior do mercado público há 30 *boxes* em funcionamento. Na área externa ao mercado, existem cerca de 50 barraqueiros. As atividades funcionam durante a semana nos turnos da manhã e da tarde. Cabe frisar que o órgão municipal responsável está reorganizando o funcionamento das atividades ali exercidas, tais como horários, dias e locais (delimitação dos *boxes*).

INFORMALIDADE, OCUPAÇÃO E RENDA: CARACTERÍSTICAS DAS RELAÇÕES INFORMAIS DE TRABALHO DOS FEIRANTES DO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL DE DEMERVAL LOBÃO (PI)

Esta seção inicia resumindo os principais achados nas Tabelas 1, 2 e 3. A Tabela 1 corresponde às características pessoais e de trabalho dos entrevistados, enquanto a Tabela 2 se refere à informalidade, à geração de renda e à perspectiva dos entrevistados sobre o mercado de trabalho atualmente. A Tabela 3 caracteriza a forma de trabalho e renda dos feirantes. Depois, constam algumas imagens ilustrativas e contextualizadas do Mercado Público Municipal.

Tabela 1: Quem são os feirantes de Demerval Lobão (PI)?

Idade	%	IIT	%	S	%	ON	%	EC	%	PF	%	F	%	QF	%	RC	%	C	%
15 a 20 anos	1,9	Menos de 10 anos	39,6	M	58,5	Demerval Lobão-PI	45,6	Casado(a)	73,6	Mant.	69,8	Sim	94,3	1 a 2	50	Sim	56,6	Marido esposa	60
21 a 35 anos	3,8	Entre 10 e 15 anos	49,1	F	41,5	Outro município do Piauí	50,9	Solteiro(a)	13,2	Comp.	30,2	Não	5,7	3 a 4	28	Não	43,4	Filhos	26,7
36 a 45 anos	22,6	Entre 16 e 20 anos	9,4	-	-	Outro estado do País	3,8	Outro(a)	13,2	-	-	-	-	5 a 6	8	-	-	Mãe	10
46 a 55 anos	32,1	Mais de 20 anos	1,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Mais de 6	14	-	-	-	3,3
55 anos ou mais	39,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Legenda

RC - Renda complementar

ON - Onde nasceu

Mant. — Mantenedor

IIT - Idade de inserção no trabalho

EC - Estado civil

Comp. - Complementar

S - Sexo

PF - Posição na família

F - Filhos

C - Casado(a)

S - Solteiro(a)

O - Outro(a)

Conforme os dados da tabela 1, a maior parte dos feirantes entrevistados está na faixa etária acima de 36 anos (correspondendo a 94,3%). Conclui-se, portanto, que a maioria dos trabalhadores são adultos. Constatou-se que 39,6% desses trabalhadores começaram a trabalhar com menos de 10 anos de idade (49,1% entre 10 e 15 anos). A inserção infantil no trabalho imputa-se ao precário quadro social que as famílias vivenciavam e a preocupação em adquirir os meios de subsistência familiar, principalmente a garantia da alimentação.

Os relatos justificam a baixa escolaridade dos trabalhadores. Sobre a origem dos respondentes, 45,6% são naturais de Demerval Lobão (PI). Mas percebe-se uma elevada procedência interiorana (50,9%), pois alguns mencionaram ter chegado ao município ainda crianças. Um dos motivos que influenciou a migração foi a busca de lugares que proporcionem mais oportunidades de trabalho e melhores condições laborais e de vida.

Já os dados sobre o perfil dos trabalhadores mostram que o maior percentual é o do sexo masculino (58,5%). O sexo feminino representa 41,5% do total. Quanto ao estado civil e à composição familiar, tem-se que 73,6% são casados(as). Do percentual de casados, 94,3% têm filhos. A quantidade de membros totais da família está entre 4 e 8. Estima-se que 50% têm de 1 a 2 filhos e 28% têm de 3 a 4 filhos.

A análise das características familiares aponta outros aspectos, e se refere à importância da atividade na renda familiar, observando-se que 69,8% do total de feirantes é de mantenedores da família e 56,6% do total afirmam unir as rendas com outros membros familiares (marido/esposa cerca de 60%) como complemento à renda necessária ao sustento familiar. Conclui-se que a atividade é caracterizada pelas relações não contratuais e familiares.

As informações abaixo tratam das condições sociais e econômicas que influenciam na informalidade e na perspectiva dos entrevistados sobre o mercado de trabalho atual. Os dados da tabela 2 caracterizam o formato de trabalho anterior ao de feirante, em que 60,4% responderam não terem trabalhado com carteira assinada (31 respondentes) e 39,6% mencionaram já ter trabalhado de carteira assinada (22 respondentes).

Tabela 2: Informalidade, geração de renda e perspectiva sobre o mercado de trabalho atual

Condição do último emprego	%	Remuneração do último trabalho	%	Deixou o emprego formal por	%	Deixaria a ocupação atual de feirante	%	Por qual motivo aceitaria trabalhar de carteira assinada	%	Dificuldade de emprego no setor formal	%
Empregado Assalariado	90,9	Menos de 1 salário mínimo	27,3	Motivos da empresa	54,54	Sim	43,4	Melhores condições físicas de trabalho	13	Número de empregos oferecidos é pequeno	35,8
Empregado de uma empresa ou negócio, que ganhava exclusivamente por produção	9,1	De 1 a 2 salários mínimos	68,2	Motivos particulares	45,45	Não	56,6	Ganhar mais	26,2	Maior qualificação do trabalhador	52,8
-	-	De 2 a 3 salários mínimos	4,5	--	-	-	-	Maior segurança no trabalho	21,7	Salários baixos	1,9
-	-	De 3 a 4 salários mínimos	4,5	-	-	-	-	Renda fixa por mês	8,7	Idade	9,4
-	-	-	-	-	-	-	-	Direitos aos benefícios trabalhistas e sociais	30,4	-	-
Total	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Dos feirantes entrevistados, 90,9% eram assalariados em empregos anteriores, 9,1% mencionaram serem empregados de empresa ou negócio – que ganhavam exclusivamente por produção. Os rendimentos no antigo emprego variavam de 1 a 4 salários-mínimos, sendo que o maior percentual (68,2%) ganhavam de 1 a 2 salários-mínimos e 27,3 % ganhavam menos de 1 salário-mínimo; os que recebem remuneração de 2 a 4 salários-mínimos correspondem ao percentual de 9%.

Os entrevistados que eram empregados no setor formal, 54,54% declararam que a causa do desligamento de seu último emprego foi por motivos da empresa (foi despedido, a empresa fechou, ou o serviço acabou, *etc.*) e 45,45% disseram que deixaram seu último emprego por motivos particulares.

Cerca de 63,6% ao serem questionados se haveria a chance de voltar para o trabalho anterior ao de feirante, o maior percentual disse “não”. Enquanto, 36,4% mencionaram que “sim”, voltariam. Os motivos citados que influenciam na escolha em voltar à função anterior

são: garantias trabalhistas e benefícios sociais, aumento na renda em relação à ocupação atual e as condições físicas do local de trabalho que eram boas.

Quando questionados se deixariam o trabalho informal por trabalho com carteira assinada, 56,6% responderam “não” (32 respondentes) e 43,4% responderam “sim”. Os motivos alegados para trocarem de função foram: melhores condições físicas de trabalho ou maior conforto (13%); declararam que poderiam ganhar mais (26,1%); optaram por maior segurança no trabalho (21,7%); deixaram claro que receberiam uma renda fixa por mês (8,7%) e que teriam direito aos benefícios trabalhistas e sociais (30,4%).

Para os feirantes, o mercado de trabalho atual exige uma maior qualificação dos trabalhadores. Em termos percentuais, 52,8% destacaram que a maior dificuldade para conseguir emprego com carteira assinada no mercado de trabalho é devido ao fato de o número de empregos oferecidos ser “pequeno” (35,8%). Apenas 1,9% citaram que os salários são baixos e 9,4% destacaram a idade (considerada alta para absorção no mercado de trabalho formal). A dificuldade de inserção no mercado de trabalho de pessoas adultas e com grau de escolaridade baixo influencia a permanência no exercício da função de feirante.

Os dados corroboram as análises teóricas de Nogueira e Carvalho (2021) sobre a estagnação das relações e ampliação do trabalho precarizado, reforçando a predileção dos feirantes quanto aos direitos e garantias trabalhistas. Entretanto, há inseguranças sobretudo devido relacionadas às exigências para a inserção do mercado de trabalho e as responsabilidades de garantirem a subsistência da família.

As condições sociais e econômicas dos feirantes no Mercado Público de Demerval Lobão constam na tabela 3, bem como o motivo da influência pela escolha e a permanência no trabalho, além das condições econômicas.

Tabela 3: Condições sociais e econômicas dos feirantes no Mercado Público de Demerval Lobão (PI)

Motivo pelo qual começou a trabalhar como feirante	%	O que o trabalho como feirante representa	%	Tempo de trabalho como feirante	%	Dias de trabalho	%	Jornada diária	%	Rendimento médio por dia de maior movimento	%
Ficou sem trabalho e logo começou a desempenhar esta atividade	66	Principal fonte de renda da família	58,5	1 a 3 meses	1,9	Domingo	7,5	até 10 horas	30,2	Menos de 1 salário mínimo	61,5
Deixou a ocupação anterior para começar a trabalhar como feirante	9,4	Fonte de renda complementar para toda a família	18,9	Mais de 6 meses até 2 anos	1,9	Sexta-feira	1,9	11 a 20 horas	4	1 a 2 salários mínimos	38,5
Começou a trabalhar como feirante para complementar a renda por desempenhar outra atividade	7,5	Principal fonte de renda	13,2	Mais de 5 anos	5,7	Segunda-feira	1,9	21 a 30 horas	18,9	-	-
Para complementar a renda, mas tempo depois passou a trabalhar definitivamente como feirante	7,5	Fonte de renda complementar	9,4	10 a 20 anos	30,2	Sábado	88,7	31 a 48 horas	26,4	-	-
Ficou sem trabalho e procurou, mas não conseguiu emprego então resolveu exercer essa função	5,7	-	-	21 a 30 anos	20,8	-	-	48 a 60 horas	15,1	-	-
Outro	3,8	-	-	Mais de 30 anos	22,6	-	-	-	--	-	-
Total	100	-	100	-	100	-	100	-	100	-	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Pela tabela 3, constata-se que a inserção no mercado de trabalho informal dos feirantes teve influência direta do desemprego. Isso desvela-se pela opção por adquirir uma renda necessária à sobrevivência, justificada pelo percentual dos entrevistados que revelaram ficar sem trabalho e que logo começaram a desempenhar a atividade informal (66%). Os dados apontam ainda que 9,4% resolveram deixar a ocupação anterior (por motivos particulares) para trabalharem como feirantes.

Os entrevistados relataram iniciar a atividade exercendo-a de forma temporária. Logo depois, assumiram-na definitivamente. Alegaram que ficaram sem trabalho e que até procuraram, mas não conseguiram emprego, decidindo, então, exercer a função. Os trabalhadores (98,1%) asseguraram que gostam da função que exercem como feirantes. O motivo mencionado foi devido à maior remuneração. Cinquenta e dois (52) respondentes salientaram que gostam de ganhar mais do que a remuneração do trabalho anterior, assim como da flexibilidade de horário.

Os feirantes que têm a função como a principal fonte de renda da família abrangem o maior percentual, com 58,5%. Apenas 18,9% responderam ser a fonte de renda complementar para toda a família. Grande parcela destes trabalhadores exercem a atividade

por mais de dez anos e não pretendem deixar a ocupação atual. Os maiores percentuais que correspondem a quantidade de anos na execução da atividade, soma-se 73,6% que laboram acima de 10 anos. Apenas 3,8% responderam estar somente há menos de 2 anos. Estes mencionaram está a procura de emprego formal.

Com relação a jornada média diária dos feirantes no mercado público cerca de 30,2%, gastam até dez (10) horas, sendo que 4% gastam de onze (11) a vinte (20) horas, enquanto 18,9% gastam de vinte e uma (21) a trinta (30) horas; outros 26,4% gastam entre trinta e uma (31) e quarenta e oito (48) horas e 15,1% gastam de quarenta e oito (48) a sessenta (60) horas semanais. Conclui-se que a maioria dos trabalhadores gastam até sessenta (60) horas semanais no trabalho na feira. O maior movimento de feirantes e clientes é entre o horário das 5 horas às 13 horas.

Os rendimentos no setor informal da feira são variáveis e irregulares. Quanto à renda, durante o período mencionado (próximo a Semana Santa (março/abril), mês de junho (Encontro de Folguedos), ao mês de julho (período de festejos) e ao mês de dezembro), 61,5% citaram ter a renda de menos de 1 salário-mínimo e 38,5% de 1 a 2 salários-mínimos. Constata-se ainda a baixa remuneração dos feirantes — inferior a 2 salários-mínimos, renda essa que garante os meios de subsistência básicos para a família do trabalhador, com prioridade para a alimentação e permanência nas condições sociais precárias próprias da informalidade.

As informações obtidas evidenciam o predomínio do emprego precário em que as relações de trabalho e de assalariamento se desenvolvem mormente aquém das garantias da legislação, da fiscalização e da valorização salarial. Dentre as atividades econômicas categorizadas por Nogueira e Carvalho (2021), com maior destaque neste estudo estão: agricultura de subsistência (ou para o autoconsumo); alimentação: “barraqueiro”, ambulante, restaurante informal; comércio (camelô, sacoleiro e loja informal/*box*) e pequenos reparos.

A inserção dos trabalhadores atuais na atividade ocorreu pela herança cultural dos seus pais. Desde crianças/jovens, conforme já anteriormente exposto nos dados, desenvolveram as habilidades necessárias para a execução da atividade. Optaram pela venda do mesmo tipo de mercadoria, além de permanecer no ponto/banca.

O Mercado Público Municipal possui boas condições estruturais físicas, espaço amplo, organizado, com os *boxes* de acordo com a mercadoria vendida e condições sanitárias

adequadas, como se observa nas imagens 1 e 2, a seguir.

IMAGEM 1 e 2: Box para venda de frutas e verduras Área interna do Mercado Público de Demerval Lobão (PI)



Fonte: registro fotográfico feito em 20 de junho de 2022.

Na Imagem 1 representa o trabalho exercido por feirantes do sexo feminino nos *boxes* destinados à venda de frutas e verduras (mercadoria mais vendida), localizados próximos à entrada do mercado público. Na Imagem 2 mostra a demarcação em pedras para os vendedores de frutas e verduras na parte interna do mercado. Na Imagem 4, observam-se os *boxes* na área do açougue com condições sanitárias adequadas.

Os feirantes citaram mudanças ocorridas ao longo do tempo no desenvolvimento das atividades, tais como de estrutura física e a diminuição do fluxo de clientes. Ressaltam que a diminuição de clientes é o principal motivo para o enfraquecimento das atividades, sobretudo após a pandemia do Coronavírus. A mudança da organização comercial em áreas próximas ao Mercado Público Municipal, com maior diversidade de estabelecimentos e em oferta de produtos, tem tido impacto negativo direto sobre o fluxo de clientes. Ressaltaram que a permanência e o desenvolvimento da atividade, atualmente, é que o mercado de trabalho municipal é limitado, ou seja, não possui condições para atender a demanda de trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais resultados da pesquisa revelaram que a atividade na feira foi a opção encontrada para adquirir a renda necessária para a sobrevivência. Segundo os dados, 66% dos entrevistados afirmaram ter ficado sem trabalho e logo a seguir começaram a

desempenhar a atividade em questão.

No que diz respeito à renda, 71,7% dos feirantes têm essa ocupação como principal fonte de renda da família. Os rendimentos da feira são variáveis e irregulares: 61,5% citaram receber menos de 1 salário-mínimo. A instabilidade de renda dificulta o planejamento a longo prazo e aumenta a insegurança social. Além da exclusão de serviços financeiros como crédito formal.

No que tange à informalidade, a maioria dos trabalhadores alegou que deixaria o trabalho informal por outro com carteira assinada: por conta dos direitos trabalhistas e benefícios sociais (30,4%), por melhores condições físicas de trabalho e maior conforto (13%), pela expectativa de ganhar mais (26,1%), por mais segurança no trabalho (21,7%) e por receber uma renda fixa por mês (8,7%).

Já os principais resultados qualitativos da pesquisa apontaram que: i) os feirantes exercem atividades que resultam em condições socioeconômicas pouco seguras (trabalho precário) e irregular; ii) a pandemia do Coronavírus impactou significativamente na organização do comércio em áreas próximas ao mercado público, com efeitos negativos diretos sobre o fluxo de clientes, enfraquecendo essa atividade econômica.

Ainda assim, os feirantes resistem, buscando alternativas para minimizar o enfraquecimento da atividade e a diminuição da renda derivada das atividades laborais que exercem no Mercado Público Municipal. Escolhem como alternativa a venda de mercadorias que os consumidores demandam mais, como frutas e verduras (principais produtos da feira). O aumento da concorrência entre eles contribui para afastar clientes que procuram diversidade de produtos. As condições contribuem para a contínua permanência desses trabalhadores no mercado informal e em condições precarizadas.

Ações de fortalecimento das atividades econômicas como implementar capacitações dos trabalhadores, desenvolve a agricultura familiar local (principal fornecedora de produtos) e proporciona maior renda. Essas atendem ao objetivo de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 (Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos).

Como limitações deste estudo, houve obstáculos na disponibilidade de informações mais organizadas ausência de dados específicos e materiais bibliográficos voltados às características de Demerval Lobão (PI), no que tange à sua formação histórica e dinâmica econômica — inclusive das atividades do mercado público municipal.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A.; VARGAS, J. **Mercado de trabalho piauiense: desafios socioeconômicos para diminuir a histórica informalidade laboral**. Programa de Iniciação Científica Voluntária. Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina (PI), 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: abril de 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991 [...].
- Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 1, 14 jul. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/%20ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: abril de 2025.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa%20Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaquos_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf. Acesso em: abril de 2025.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de Indicadores**. Brasília: IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/%20explica/desemprego.php>. Acesso em: abril de 2025.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Brasília: IBGE, 2022c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: abril de 2025.
- NOGUEIRA, M. O.; CARVALHO, S. S. **Trabalho Precário e Informalidade: desprecariando suas relações conceituais e esquemas analíticos**. Brasília: Ipea, 2021.
- NORONHA, E. G. “Informal”, ilegal e injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129. 2003.
- TRINDADE, J. R; FIEL, E. U. Emprego, Renda e Informalidade: um estudo da Feira da cidade em Ananindeua (PA). **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho (RERUT)**, v. 8. n. 1, p. 108-130, 2019.
- VARGAS, J. Desenvolvimento socioeconômico brasileiro entre 1990 e 2012: considerações sobre a informalidade do trabalho à luz da teoria do duplo movimento de Polanyi. **Econômica**, v. 19, n. 2, p. 155-180, 2017.
- VARGAS, J. O mundo, o Brasil e a informalidade do trabalho: uma abordagem conceitual. **Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)**, v. 14, n. 3, p 1-13, 2016.

VILANOVA, William Sousa; VARGAS, Juliano. Uma breve discussão sobre o emprego formal no Brasil: da cidadania regulada à reforma trabalhista de 2017. **Revista Foco**, v.16., n. 3, p. 1-16, 2023.



CENTRO UNIVERSITÁRIO
SANTO AGOSTINHO